

O ABUSO SEXUAL E O ABUSADOR¹

Lúcia Alves Mees – Psicanalista. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA).

Eu gostaria de tratar hoje sobre um conteúdo que não está no meu livro (Mees, 2001) sobre o ABUSO SEXUAL, pretendendo somar uma reflexão a mais, a qual neste apenas se esboçou: falarei sobre o abusador e o contexto cultural que o cerca.

A visibilidade do abuso sexual no Brasil data dos anos 80, quando o feminismo e direitos da criança e do adolescente estavam florescendo por aqui. Porém, não podemos esquecer que foram também na década de 80 que a abertura política se efetivou em nosso país. É claro que esses movimentos ganharam força também a partir disso, entretanto, interessa olhar o abuso sexual na amplitude que o tema merece e, por isso, buscar seus “macrodeterminantes”.

Retrocedendo mais na história brasileira encontramos, reiteradamente, traços de uma “cultura autoritária” (Martins, 2000), a qual nos diz respeito desde a chegada por aqui dos portugueses e, com eles, uma grande ânsia de exploração; passando pela nossa longa e vergonhosa história de escravidão, para citar apenas alguns poucos momentos históricos, mas fundamentais na determinação da relação brasileira com o autoritarismo. Por isso, Martins (2002) diz que “a cultura autoritária tem importância na definição de um conjunto de significações identitárias difusas que podemos chamar de brasilidade. Assim, por trás das aparentes cordialidades que marcariam os modos tradicionais de relacionamentos pessoais, existem clivagens rígidas que limitam o caráter democratizante dessas práticas afetivas e gentis” (p.66).

Algumas características definidoras do autoritarismo, portanto, vemos fundamentar uma identidade brasileira, a qual se relaciona com o abusador sexual, como ficará mais claro mais adiante. São algumas dessas características do autoritarismo: a centralidade do princípio de autoridade, o comando irrefutável e obediência incondicional, a degeneração das figuras de autoridade, as restrições aos pluralismos de qualquer natureza e a ausência de uma ideologia elaborada (Martins, 2002).

Retomando o tema específico do abuso sexual, considero que o autoritarismo de nossa brasilidade, antes exercido no coletivo, hoje deu lugar ao tirano do lar. Ou seja, o autoritarismo foi deposto, em grande parte, no âmbito coletivo, mas, no meu entender, ressurgiu na vida privada. O abusador de hoje parece ser o colonizador, ou senhor dos escravos, ou ditador, de ontem.

¹ Este texto é parte da palestra proferida em Ijuí, no dia 4 de outubro de 2002, em atividade promovida pelo EEP (Espaço de Estudos Psicanalíticos).

Sabe-se o quanto esses deslocamentos de uma posição para outra bastante similar são sinais de que não houve uma verdadeira mudança. Ou mais do que isso, que aquilo que a cultura não simboliza, pode vir a emergir em atos, na medida em que, “o sintoma no laço social (...) se expressa por um certo desajuste, como manifestação de um fenômeno do qual a ordem social predominante não consegue dar conta, não consegue incluir”(Kehl, 2001).

Não poderíamos considerar o abuso sexual um sintoma social no Brasil? (mesmo que seja um fenômeno internacional, importa aqui questioná-lo na especificidade brasileira) Não seria o não elaborado das relações de autoritarismo - presentes nos fundamentos da brasilidade - que retornariam agora na esfera privada? Mais especificamente, no Brasil moderno, não haveria uma dificuldade de distinguir o autoritário, da autoridade? As figuras de autoridade em nosso país não ficaram marcadas justamente por seus abusos? Será possível para o brasileiro ter um laço com a autoridade, sem achar que ele se tornará autoritário e o abusará?

Já está consagrada a interpretação sobre as mudanças, na modernidade, nas esferas pública e privada. O reconhecimento público que os sujeitos almejavam, por intermédio de seu grupo social amplo, hoje é buscado no micro-organismo da família, ou mesmo em si mesmo. Antes, cada sujeito sabia quem era, a partir do que a esfera pública lhe indicava como posição. Atualmente, no coletivo não há respostas sobre isso; apenas a indicação social que é individualmente que se deve encontrar uma saída.

Hannah Arendt (2001) postula que o termo “público”, antes da nossa atual modernidade, significava o próprio mundo, na medida em que reunia uns na companhia dos outros, contudo, evitando que colidissem uns com os outros. “Na sociedade de massas, o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las uma às outras e de separá-las” (p.62). Ou ainda, que “durante muitas eras antes de nós – mas já não agora – os homens ingressavam na esfera pública por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas” (p.65). Quer dizer, a esfera pública cumpria a função simbólica de promover um laço entre os sujeitos, diferenciá-los entre si e, por conseguinte, fornecer um lugar particular a cada um. Ao fazer isso, o público dava a possibilidade de transcenderem à vida real, ao realizarem atos simbólicos, com inscrição no social, que perdurassem além da vida real. Com a transformação ocorrida na modernidade, essa função do público se esvazia, transferindo-se, em parte, para privado. Porém, tal alteração diminui em muito a possibilidade do sujeito se reconhecer satisfatoriamente no âmbito privado, na medida em que, necessariamente precisa do Outro para fazê-lo. Afora isso, o privado não deixou completamente de ser o sítio daquilo que o sujeito esconde em si mesmo, no duplo sentido: aquilo que não se mostra na cena pública e aquilo que ele tem a ocultar.

Para alguns sujeitos – e hipotetizo que assim seja para alguns dos abusadores sexuais – essa transferência do público para o privado é intolerável. Não lhes é possível viver em tal suspensão de identidade subjetiva e sexual, ou seja, não saber quem é, nem a que extrato sexual pertence. O temor é de desfalecimento subjetivo e indefinição sexual, o que para um homem, significa, em geral, o mesmo que *não ser homem*.

Alguns fatores sócio-econômico-culturais podem incrementar, ou mesmo definir, essa exclusão da definição subjetivo-sexual, ao situar – ainda mais dramaticamente – o sujeito fora do laço cultural. Refiro-me aqui ao que – talvez – dê conta dos abusadores de classes populares, os quais vivem, na sociedade atual, a mais intensa marginalização. Entretanto, obviamente, não deixamos de considerar o abusador, de classe média ou alta, sedento de um reconhecimento, mesmo que suas condições de fato não pareçam excluí-lo da cultura.

O abusador é descrito, geralmente, como um homem aparente certinho, o qual não costuma ter outros problemas com a lei, que não “arranja encrenca” no trabalho, ou em qualquer parte da vida social, pois - teço a hipótese - para ele, a demanda de reconhecimento está completamente dirigida à vida privada, portanto, a encenação de sua problemática se dará entre quatro paredes. Ele é, assim, a caricatura da modernidade brasileira: incapaz de diferenciar a autoridade do autoritarismo, ou ainda mais, crédulo que é objeto do autoritarismo de um outro (o amo capitalista, no mínimo), pouco expectante do grupo, politicamente indiferente, passivo na busca de transformações sociais.

. Assim como o autoritário coletivo, o abusador encarna a degeneração da autoridade, exige uma obediência total, não possui um conjunto de idéias que fundamente suas ações (pois, ou negam o abuso, ou dizem que era natural que assim acontecesse) e aplica o princípio da centralidade do poder e exclusão de qualquer diferença.

Desse modo, forma-se um círculo vicioso: tentar encontrar o reconhecimento, usando armas que, de antemão, atestam o seu fracasso: demandar reconhecimento exclusivamente no âmbito privado, fazê-lo desde um lugar que destrói a legitimidade da autoridade, responsabilizando o outro pelo sem saída que ele mesmo se colocou. Assim sendo, a cena precisa ser novamente repetida e mais uma vez encenada, numa elaboração que não tem como se efetivar. O abusador, portanto, pune aqueles que supostamente ameaçariam sua posição. E é punição também, parece-me, a relação sexual que vem a manter com a filha ainda criança. Com a mulher, em geral, não mantém relações sexuais, pois esta poderia aproveitar do momento e sua função –crê – é roubar como foi roubado. A filha não poderia gostar de transar, é uma criança que ainda nem sabe bem o que é o sexo. A precocidade da proposta, logo, garantiria que o sexual seria uma punição e que ele, assim, seria o único a gozar. Gozo com gosto de desforra, fel da vingança.

Vêm-se aí os elementos fantasmáticos do abusador: a relação sexual como devolução forçada do que acredita ter sido usurpado de si mesmo, o que implica que o outro nada ganhe e que esteja em pura entrega. Trata-se, logo, de fazer ao outro o que supõe ter sido feito consigo mesmo: atacado em sua ingenuidade, roubado em sua boa-fé nas pessoas e lançado a dar conta do que acha que não tem como fazê-lo.

Para concluir, as intervenções no sintoma social do abuso sexual, portanto, a meu ver, requerem que a indiscriminação entre autoridade e autoritarismo não se reproduza nessas ações. Observa-se que o discurso que acompanha algumas faixas do feminismo e de direitos da criança e do adolescente, os quais se dizem contra o “falocentrismo” e o chamado “adultocentrismo”, insistem nessa não diferenciação, ao proporem como solução ao abuso sexual a perda da autoridade do adulto e do homem.

Autoridade a qual me refiro aqui como imprescindível é aquela que se traduz em **diferença**; a mesma distinção que delimita os lugares distintos entre mulheres e homens e entre crianças e adultos, a mesma que delimita as posições na família (e, logo, que uma filha não é amante). Diferença, ainda, entre, como já referi, o legítimo de um ato produzido a partir de um lugar de autoridade e entre a deturpação disso, a saber, o autoritarismo e o abuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Kehl, Maria Rita. *O sintoma no laço social contemporâneo*. Transcrição de palestra proferida na UFRGS, 2001.
- Martins, Paulo H. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In, *Cultura e Identidade – perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- Mees, Lúcia A. *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

O ABUSO SEXUAL E O ABUSADOR²

Lúcia Alves Mees – Psicanalista. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA).

Eu gostaria de tratar hoje sobre um conteúdo que não está no meu livro (Mees, 2001) sobre o ABUSO SEXUAL, pretendendo somar uma reflexão a mais, a qual neste apenas se esboçou: falarei sobre o abusador e o contexto cultural que o cerca.

A visibilidade do abuso sexual no Brasil data dos anos 80, quando o feminismo e direitos da criança e do adolescente estavam florescendo por aqui. Porém, não podemos esquecer que foram também na década de 80 que a abertura política se efetivou em nosso país. É claro que esses movimentos ganharam força também a partir disso, entretanto, interessa olhar o abuso sexual na amplitude que o tema merece e, por isso, buscar seus “macrodeterminantes”.

Retrocedendo mais na história brasileira encontramos, reiteradamente, traços de uma “cultura autoritária” (Martins, 2000), a qual nos diz respeito desde a chegada por aqui dos portugueses e, com eles, uma grande ânsia de exploração; passando pela nossa longa e vergonhosa história de escravidão, para citar apenas alguns poucos momentos históricos, mas fundamentais na determinação da relação brasileira com o autoritarismo. Por isso, Martins (2002) diz que “a cultura

² Este texto é parte da palestra proferida em Ijuí, no dia 4 de outubro de 2002, em atividade promovida pelo EEP (Espaço de Estudos Psicanalíticos).

autoritária tem importância na definição de um conjunto de significações identitárias difusas que podemos chamar de brasilidade. Assim, por trás das aparentes cordialidades que marcariam os modos tradicionais de relacionamentos pessoais, existem clivagens rígidas que limitam o caráter democratizante dessas práticas afetivas e gentis” (p.66).

Algumas características definidoras do autoritarismo, portanto, vemos fundamentar uma identidade brasileira, a qual se relaciona com o abusador sexual, como ficará mais claro mais adiante. São algumas dessas características do autoritarismo: a centralidade do princípio de autoridade, o comando irrefutável e obediência incondicional, a degeneração das figuras de autoridade, as restrições aos pluralismos de qualquer natureza e a ausência de uma ideologia elaborada (Martins, 2002).

Retomando o tema específico do abuso sexual, considero que o autoritarismo de nossa brasilidade, antes exercido no coletivo, hoje deu lugar ao tirano do lar. Ou seja, o autoritarismo foi deposto, em grande parte, no âmbito coletivo, mas, no meu entender, ressurgiu na vida privada. O abusador de hoje parece ser o colonizador, ou senhor dos escravos, ou ditador, de ontem.

Sabe-se o quanto esses deslocamentos de uma posição para outra bastante similar são sinais de que não houve uma verdadeira mudança. Ou mais do que isso, que aquilo que a cultura não simboliza, pode vir a emergir em atos, na medida em que, “o sintoma no laço social (...) se expressa por um certo desajuste, como manifestação de um fenômeno do qual a ordem social predominante não consegue dar conta, não consegue incluir”(Kehl, 2001).

Não poderíamos considerar o abuso sexual um sintoma social no Brasil? (mesmo que seja um fenômeno internacional, importa aqui questioná-lo na especificidade brasileira) Não seria o não elaborado das relações de autoritarismo - presentes nos fundamentos da brasilidade - que retornariam agora na esfera privada? Mais especificamente, no Brasil moderno, não haveria uma dificuldade de distinguir o autoritário, da autoridade? As figuras de autoridade em nosso país não ficaram marcadas justamente por seus abusos? Será possível para o brasileiro ter um laço com a autoridade, sem achar que ele se tornará autoritário e o abusará?

Já está consagrada a interpretação sobre as mudanças, na modernidade, nas esferas pública e privada. O reconhecimento público que os sujeitos almejavam, por intermédio de seu grupo social amplo, hoje é buscado no micro-organismo da família, ou mesmo em si mesmo. Antes, cada sujeito sabia quem era, a partir do que a esfera pública lhe indicava como posição. Atualmente, no coletivo não há respostas sobre isso; apenas a indicação social que é individualmente que se deve encontrar uma saída.

Hannah Arendt (2001) postula que o termo “público”, antes da nossa atual modernidade, significava o próprio mundo, na medida em que reunia uns na companhia dos outros, contudo,

evitando que colidissem uns com os outros. “Na sociedade de massas, o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las uma às outras e de separá-las” (p.62). Ou ainda, que “durante muitas eras antes de nós – mas já não agora – os homens ingressavam na esfera pública por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas” (p.65). Quer dizer, a esfera pública cumpria a função simbólica de promover um laço entre os sujeitos, diferenciá-los entre si e, por conseguinte, fornecer um lugar particular a cada um. Ao fazer isso, o público dava a possibilidade de transcenderem à vida real, ao realizarem atos simbólicos, com inscrição no social, que perdurassem além da vida real. Com a transformação ocorrida na modernidade, essa função do público se esvazia, transferindo-se, em parte, para privado. Porém, tal alteração diminui em muito a possibilidade do sujeito se reconhecer satisfatoriamente no âmbito privado, na medida em que, necessariamente precisa do Outro para fazê-lo. Afora isso, o privado não deixou completamente de ser o sítio daquilo que o sujeito esconde em si mesmo, no duplo sentido: aquilo que não se mostra na cena pública e aquilo que ele tem a ocultar.

Para alguns sujeitos – e hipotetizo que assim seja para alguns dos abusadores sexuais – essa transferência do público para o privado é intolerável. Não lhes é possível viver em tal suspensão de identidade subjetiva e sexual, ou seja, não saber quem é, nem a que extrato sexual pertence. O temor é de desfalecimento subjetivo e indefinição sexual, o que para um homem, significa, em geral, o mesmo que *não ser homem*.

Alguns fatores sócio-econômico-culturais podem incrementar, ou mesmo definir, essa exclusão da definição subjetivo-sexual, ao situar – ainda mais dramaticamente – o sujeito fora do laço cultural. Refiro-me aqui ao que – talvez – dê conta dos abusadores de classes populares, os quais vivem, na sociedade atual, a mais intensa marginalização. Entretanto, obviamente, não deixamos de considerar o abusador, de classe média ou alta, sedento de um reconhecimento, mesmo que suas condições de fato não pareçam excluí-lo da cultura.

O abusador é descrito, geralmente, como um homem aparente certinho, o qual não costuma ter outros problemas com a lei, que não “arranja encrenca” no trabalho, ou em qualquer parte da vida social, pois - teço a hipótese - para ele, a demanda de reconhecimento está completamente dirigida à vida privada, portanto, a encenação de sua problemática se dará entre quatro paredes. Ele é, assim, a caricatura da modernidade brasileira: incapaz de diferenciar a autoridade do autoritarismo, ou ainda mais, crédulo que é objeto do autoritarismo de um outro (o amo capitalista, no mínimo), pouco expectante do grupo, politicamente indiferente, passivo na busca de transformações sociais.

. Assim como o autoritário coletivo, o abusador encarna a degeneração da autoridade, exige uma obediência total, não possui um conjunto de idéias que fundamente suas ações (pois, ou negam

o abuso, ou dizem que era natural que assim acontecesse) e aplica o princípio da centralidade do poder e exclusão de qualquer diferença.

Desse modo, forma-se um círculo vicioso: tentar encontrar o reconhecimento, usando armas que, de antemão, atestam o seu fracasso: demandar reconhecimento exclusivamente no âmbito privado, fazê-lo desde um lugar que destrói a legitimidade da autoridade, responsabilizando o outro pelo sem saída que ele mesmo se colocou. Assim sendo, a cena precisa ser novamente repetida e mais uma vez encenada, numa elaboração que não tem como se efetivar. O abusador, portanto, pune aqueles que supostamente ameaçariam sua posição. E é punição também, parece-me, a relação sexual que vem a manter com a filha ainda criança. Com a mulher, em geral, não mantém relações sexuais, pois esta poderia aproveitar do momento e sua função –crê – é roubar como foi roubado. A filha não poderia gostar de transar, é uma criança que ainda nem sabe bem o que é o sexo. A precocidade da proposta, logo, garantiria que o sexual seria uma punição e que ele, assim, seria o único a gozar. Gozo com gosto de desforra, fel da vingança.

Vêm-se aí os elementos fantasmáticos do abusador: a relação sexual como devolução forçada do que acredita ter sido usurpado de si mesmo, o que implica que o outro nada ganhe e que esteja em pura entrega. Trata-se, logo, de fazer ao outro o que supõe ter sido feito consigo mesmo: atacado em sua ingenuidade, roubado em sua boa-fé nas pessoas e lançado a dar conta do que acha que não tem como fazê-lo.

Para concluir, as intervenções no sintoma social do abuso sexual, portanto, a meu ver, requerem que a indiscriminação entre autoridade e autoritarismo não se reproduza nessas ações. Observa-se que o discurso que acompanha algumas faixas do feminismo e de direitos da criança e do adolescente, os quais se dizem contra o “falocentrismo” e o chamado “adultocentrismo”, insistem nessa não diferenciação, ao proporem como solução ao abuso sexual a perda da autoridade do adulto e do homem.

Autoridade a qual me refiro aqui como imprescindível é aquela que se traduz em **diferença**; a mesma distinção que delimita os lugares distintos entre mulheres e homens e entre crianças e adultos, a mesma que delimita as posições na família (e, logo, que uma filha não é amante). Diferença, ainda, entre, como já referi, o legítimo de um ato produzido a partir de um lugar de autoridade e entre a deturpação disso, a saber, o autoritarismo e o abuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Kehl, Maria Rita. *O sintoma no laço social contemporâneo*. Transcrição de palestra proferida na UFRGS, 2001.

Martins, Paulo H. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In, *Cultura e Identidade – perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Mees, Lúcia A. *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.